



BOLETIM DA

**aepet**

ASSOCIAÇÃO DOS  
ENGENHEIROS  
DA PETROBRÁS

JULHO/91

**Petrobrás bate mais cinco recordes mundiais:**

# Campo gigante de Marlim entra em operação

Diante deste evento histórico, de grande significado para a economia do país, a AEPET resolveu levar ao conhecimento das autoridades de todo o Brasil os detalhes desta incontestável vitória dos técnicos brasileiros. Assim, através de telex, o fato chegou ao Congresso Nacional, sendo transcrito nos anais da Câmara dos Deputados por iniciativa do Deputado Nilson Gibson (PMDB-PE), às Assembléias Legislativas, aos governadores, prefeitos, ministros dos tribunais superiores e dezenas de outras autoridades. Nesta edição os leitores verão as mensagens de congratulações e estímulo enviadas das mais diferentes partes do país ao corpo técnico, aos trabalhadores e à direção da Empresa por esta brilhante conquista em Marlim. Terão, também, a reprodução do telex encaminhado pela AEPET e conhecerão detalhes do Exproper — Boletim informativo das áreas de exploração, produção e perfuração da Petrobrás — documento bastante esclarecedor, com informações técnicas sobre o êxito em Marlim.

PÁGINAS 6 e 7



Betinho discursa no encontro do MODECON

**Encontro do  
MODECON empossa  
primeira diretoria**

PÁGINA 3

**IBOPE:**

**População  
é a favor do  
monopólio**



PÁGINA 5

**Liquidação da Interbrás:**

**AEPET denuncia  
irregularidades**

PÁGINA 4



ASSOCIAÇÃO DOS  
ENGENHEIROS DA PETROBRÁS  
Sede: Rua Senador Dantas, 75/1801 -  
Centro CEP: 20031 Tel.: 220-4774 -  
Telex: (21) 40167 - FAX: (021) 282-  
9224 - CGC: 34.131.870/0001-11 -  
Insc. Munic.: 428.078-00

#### DIRETORIA EXECUTIVA

Diomedes Cesarino da Silva  
Presidente  
CENPES/DIPROM  
Sala: 2130

Tel. Trab.: 598-6242 598-6234

Fernando Leite Siqueira

Vice-Presidente

DEPRO/DENGE

Sala: 1005

Tel. Trab.: 534-2550 534-1175

Alexandre Guilherme de O. Silva

Diretor de Patrimônio

SEGEN/DEIND

Sala: 6º andar

Tel. Trab.: 566-5745

Hildebrando J.C. Gonçales

Vice-Diretor de Patrimônio

PETROQUISA/PETRRORIO

Sala: 7º andar

Tel. Trab.: 242-8081

Ricardo Moura de A. Maranhão

Diretor de Comunicações

SEGEN/DIAGE

Sala: 7º andar

Tel. Trab.: 566-3760/566-3761

Felipe Leite e Antunes

Vice-Diretor de Comunicações

DETRAN/DENGE/SEPRO

Sala: 1206

Tel. Trab.: 534-4851/534-2493

Heitor Manoel Pereira

Diretor de Pessoal

Av. Almirante Barroso, 6 CEP 20031

Sala: 704

Tel. Trab.: 220-3837

Carlos Soligo Camerini

Vice-Diretor de Pessoal

CENPES/DIPILOT/SEMEC

Sala: 15

Tel. Trab.: 598-6526

Marco Aurelio Latge

Diretor Cultural

DEPEX/DIRSUL/SERAB

Sala: 1301

Tel. Trab.: 534-2079

Márcia Amaral Estevão dos Santos

Vice-Diretor Cultural

CENPES/DIPROD/SECOP

Sala: 465

Tel. Trab.: 598-6734 598-6730

#### CONSELHO FISCAL

Argemiro Pertence Neto

Membro do Conselho Fiscal

SERMAT/DICOMP-1/SECOM-1

Sala: 659

Tel. Trab.: 534-1711 534-1712

Edson Luiz Megale Vale

Membro do Conselho Fiscal

DEPER/SETEN

Sala: 1078

Tel. Trab.: 534-2875 534-2343

Carlos Augusto D. Brandão

Membro do Conselho Fiscal

Av. Rui Barbosa, 636/1004 - CEP

22250

Tel.: 551-7967

Rosalina Chedian Pimentel

Membro do Conselho Fiscal

SERPLAN

Sala: 853

Tel. Trab.: 534-2138

Sydney Reis Santos

Membro do Conselho Fiscal

SETINF-PESOP

Sala: 1604

Tel. Trab.: 534-2757 534-4804

Hildo Francisco Henz

Membro do Conselho Fiscal

DEPIN/DIREP/SECRA

Sala: 2062

Tel. Trab.: 534-2063

#### BOLETIM DA AEPET

Jornalista Responsável

IVANA BARRETO

FOTOGRAFO

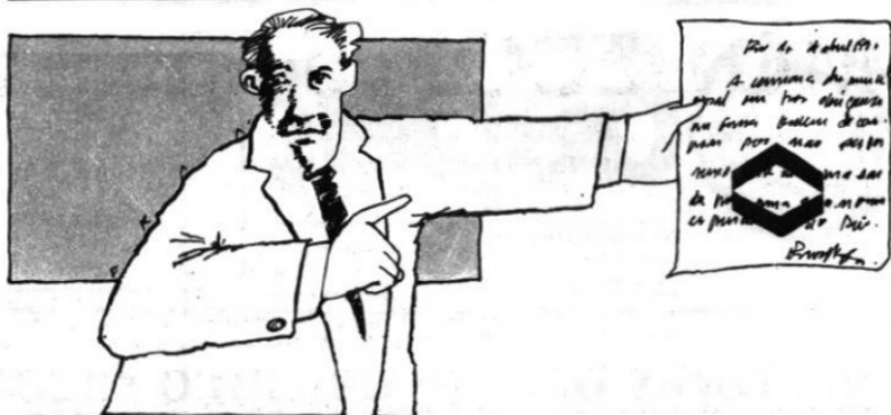
Luciano Alves

RAMA ARTES GRÁFICAS

Rua Evaristo da Veiga, 18/a-604

20031 - Centro - RJ

Tel.: 262-9906



## Veredores do RJ apoiam luta em defesa da Petrobrás

Por iniciativa do Vereador Maurício Azêdo (PDT), 17 vereadores da Câmara Municipal do Rio de Janeiro encaminharam, em abril, ao Procurador Geral da República, Aristides Junqueira, um documento de apoio à luta da AEPET em defesa da Petrobrás. O texto manifesta o apoio dos parlamentares à Representação da AEPET, documento que denunciou os desacertos e irregularidades praticados pelo Governo contra a Petrobrás, reduzindo sua capacidade de investimento e colocando em risco o princípio constitucional do monopólio. Cumpre lembrar que a Representação contou com o apoio de aproximadamente 60 entidades civis e vários parlamentares.

Conforme é destacado no documento dos 17 vereadores cariocas, as ilegalidades praticadas pelo Governo da União "têm importado em descapitalização e prejuízos para a Petrobrás, afetando de forma grave os interesses de todo o povo brasileiro e, diretamente, dos 450 mil acionistas individuais da Petrobrás". Estes pre-

juízos são, mais uma vez, lembrados pelos vereadores: diferenças no custo CIF e perdas cambiais entre janeiro de 1989 e fevereiro de 90; subsídio da nafta fornecida às empresas petroquímicas nos últimos 10 anos; dívidas de empresas da União; déficit da Conta Petróleo (CNP); e déficit da Conta Álcool (CNP).

Por fim, os parlamentares solicitam ao Procurador-Geral da República a adoção das medidas necessárias à proteção da Petrobrás e dos interesses nacionais que ela representa. Foram os seguintes os vereadores que apoiaram o documento encaminhado à Procuradoria Geral: Maurício Azêdo, Mário Dias, Amir Amed, Jorge Felipe e Nestor Rocha (PDT); André Luiz e Ivo da Silva (PTR); Túlio Simões (PFL); Edson Santos (PCdoB); Francisco Milani (PCB); Beto Gama (PS); Américo Camargo (PSC); Adilson Pires, Eliomar Coelho e Chico Alencar (PT); Augusto Paz (PMDB) e João Dourado (PDC).

## FAMIR integra luta em defesa das estatais

No discurso que proferiu durante o Encontro Latino-Americano de Trabalhadores em Defesa do Serviço Público e das Empresas Estatais, (ELASPE), realizado na Universidade de Brasília, no mês de maio, o Presidente da Federação das Associações de Militares da Reserva Remunerada, de Reformados e de Pensionistas das Forças Armadas e Auxiliares (FAMIR), Tenente Antonio de Souza Garcia, defendeu a preservação das empresas estatais. Em carta à AEPET, ele destacou "que a Federação estará ao lado dos que estiverem lutando pela preservação de nossas riquezas, do patrimônio do povo brasileiro". O Presidente da FAMIR disse, também, que empresas como a Petrobrás, a Imbel e a Embraer não podem ser relegadas a um segundo plano, já que processam produtos de interesse da segurança nacional.

Em seu pronunciamento no ELASPE, Antônio de Souza Garcia lembrou a campanha "O petróleo é nosso", destacando que os brasileiros não podiam permitir a entrega de nossos recursos à Standard Oil ou a outros grupos com representantes no país. Ressaltou que a Constituição de 1946 foi votada sob pressões dos trustes americanos, principalmente a Standard Oil New Jersey e a ITT, com vários artigos sendo incluídos para proteger os interesses dos grupos internacionais: "Nosso Congresso Nacional, na época, aprovou e Dutra assinou a concessão da Comenda da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul a Mr. Paul Howard Schopel,

pelos bons serviços prestados "contra" o Brasil. Porém, mais adiante, ele relembra a luta do povo brasileiro ante o imperialismo, com a mobilização de vários setores da sociedade contra a entrega da exploração do petróleo aos trustes estrangeiros. E conclui que finalmente em outubro de 1953 veio a vitória, com a criação da Petrobrás.

Antônio de Souza Garcia acrescenta que a Petrobrás, a Companhia Vale do Rio Doce e a Companhia Siderúrgica Nacional são resultados de lutas históricas, sendo patrimônios a serem preservados: "Além disso, todas essas empresas, principalmente a Petrobrás, investiram muito em recursos humanos. Têm pessoal técnico altamente especializado." Lembrou que, em 1988, quiseram "mexer na Petrobrás" mas os parlamentares, como Roberto Freire, Mário Covas, Cesar Maia, Jarbas Passarinho e José Serra, derrotaram a investida por 441 votos contra 7.

Para defender o monopólio o Presidente da FAMIR se reporta ao eminente Barbosa Lima Sobrinho: "ou se adota o monopólio de uma empresa do Estado, orientada para a defesa do interesse público, ou se abre caminho ao monopólio dos trustes, que compõem a família das sete irmãs". Na conclusão de sua exposição ele citou a declaração do General Oswaldo Muniz Oliva, ex-comandante de Escola Superior de Guerra (ESG), que considera as nossas estatais "patrimônio do povo" e como tal não devem ser doadas a ninguém.



# AEPET exige punição dos culpados no caso Interbrás

Conforme denunciou em Boletim anterior (maio/91), a AEPET lembra que, segundo parecer dos auditores independentes, encaminhado ao Conselho de Administração da Petrobrás, a liquidação da Petrobrás Comércio Internacional S/A — Interbrás — causou e está causando prejuízos à Companhia. Segundo o documento, no final do ano passado foram reconhecidas perdas correspondentes ao valor contábil dos investimentos, com base no então estágio dos respectivos processos de liquidação. Outro aspecto que não pode ser esquecido, motivo de questionamentos por parte da AEPET, refere-se à forma autoritária, através de medida provisória, que determinou a liquidação das subsidiárias Interbrás e Petroquisa.

Desse forma, desde o primeiro momento a AEPET colocou-se em posição clara contra a extinção da nossa subsidiária Interbrás pela via autoritária da medida provisória, sem uma ampla discussão da necessidade da sua existência para o interesse nacional. Empresa lucrativa, ela não necessitava de recursos do Governo para gerir seus negócios. Agora, para reforçar nossa posição contestatória, chegaram ao conhecimento da entidade informações sobre as irregularidades praticadas pelo ex-liquidante, indicado pela Secretaria de Administração do Governo, Wilson José Peroni, com atos, decisões e acordos que foram colocados sob suspeita pela própria auditoria e pelo conselho fiscal da Empresa. Alguns destes fatos foram denunciados pelo jornalista Janio de Freitas em

materia publicada no dia 1º de maio último no jornal Folha de São Paulo, página 1-6.

Como ressalta o artigo, quando o Senhor Wilson José Peroni passava o cargo ao seu substituto, por ordem sua a Interbrás fazia em Bogotá um pagamento indevido se US\$ 3,2 milhões. O jornalista explica que, segundo o exame jurídico da operação, feito depois a pedido do segundo liquidante, Marcus Mozes Katz, "a operação baseou-se em motivos infundados e se valeu de métodos irregulares". Isto porque, notificada de que a Interbrás havia entrado em liquidação, decidida no Plano Collor 1, a firma colombiana Michael-Warde, que a Estatal contratara para agenciamento de negócios no exterior, cobrou US\$ 6,5 milhões para formalizar a recisão. Logo o liquidante propôs um acordo, feito em torno de 50% da importância cobrada. Vale lembrar que, isso tudo, sem que a assessoria jurídica da Estatal fosse consultada.

Ao dar continuidade à luta envolvendo a denúncia de irregularidades cometidas no processo de liquidação da Interbrás, a AEPET enviou telex à diretoria da Petrobrás, pedindo esclarecimentos. A resposta veio, então, através do Diretor Mauricio Medeiros Alvarenga, esclarecendo que nada podia ser feito já que a Petrobrás, a partir do Decreto 8.029/90 — que instituiu a liquidação da Interbrás — não possui qualquer controle sobre aquela subsidiária e, conseqüentemente, responsabilidade sobre as atitudes dos liquidantes, que são nomeados pela Secretaria de Administração Federal. Por-

tanto, fica claro que a Petrobrás não teve ou tem participação na liquidação e conseqüentemente não pode ser responsabilizada pelos prejuízos da subsidiária.

Foram enviados pela AEPET telexes ao Tribunal de Contas da União (TCU) solicitando auditoria. Também foram cobradas providências necessárias do Congresso Nacional, do Procurador-Geral da República, do Dr. Pedro Maranhão, Secretário Interino de Administração e do Ministério da Infra-Estrutura, através do Ministro João Santana. Nos telexes enviados às autoridades, a AEPET destaca que o Conselho Fiscal da Interbrás, ao tomar conhecimento dos resultados da auditoria, manifestou-se, claramente, pela desaprovação dos pagamentos indevidos, autorizados pelo Senhor Wilson José Peroni à empresa Michael-Warde. A entidade ressalta, ainda, que o ex-liquidante desrespeitou os termos do contrato realizado entre a Interbrás e a empresa colombiana. Primeiro, porque qualquer uma das duas partes poderia denunciar o acordo, desde que com uma antecedência de 90 dias, eximindo-se de pagar quaisquer indenizações. Em segundo lugar, o pagamento de comissão pela Interbrás somente seria devido após a concretização de negócio por negócio e do recebimento pela mesma dos valores correspondentes.

O assunto vem tendo ampla repercussão na imprensa que tem denunciado irregularidades que teriam sido praticadas também na gestão do segundo e atual liquidante Sr. Marcus Mozes Katz.

## Interbrás: liquidante acusado em escândalo de US\$ 663 mil

O Globo — 02/06/91

BSB — Brasil — 09/06/91

### TCU investiga corrupção na liquidação da Interbrás

Estado de São Paulo — 09/07/91

COMÉRCIO EXTERIOR

### TCU apura corrupção na liquidação da Interbrás

ECONOMIA

#### Liquidante da Interbrás autorizou gasto indevido

A Interbrás, subsidiária da Petrobrás que está em extinção, pagou indevidamente, em fevereiro último, US\$ 663 mil (Cr\$ 189,2 milhões, ao câmbio comercial) à empresa Filsan Equipamentos e Sistemas, a título de indenizações. Apesar do parecer contrário da auditoria interna e do Serviço Jurídico da empresa, o liquidante da Interbrás, Markus Katz, autorizou o pagamento. Os funcionários que deram o parecer contrário foram todos demitidos. Página 43

O Globo — 02/06/91

O Globo — 04/06/91

### Interbrás terá que justificar contas

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO

Brasília, 03-6-1991

À Diretoria da Associação  
dos Engenheiros da PETROBRÁS - AEPET

Ao acusar o recebimento do Fax e TELEX dessa procedência e referentes a denúncias sobre irregularidades que teriam sido praticadas em processo lícito da INTERBRÁS, informo que logrei apurar que o assunto está sendo objeto de instrução neste Tribunal de Contas (98 IGCE), constituindo o proc. TC-013.351/90-3 anexado ao de nº TC-020.649/90-8.

Atenciosamente,

*[Assinatura]*  
Procurador-Geral

# IBOPE: população está com a Petrobrás e é a favor do monopólio

No último mês de abril, o SERCOM realizou, através do IBOPE, uma pesquisa sobre a imagem da Petrobrás junto à população brasileira. É bom lembrar que o momento era especial, já que foi a primeira avaliação feita após a greve dos petroleiros de março deste ano. Em termos nacionais o quadro é favorável à Empresa, sendo que mais da metade dos brasileiros adultos acreditam na sua contribuição significativa para o progresso nacional. As frases mais usadas para descrever a Petrobrás se reportam à sua lucratividade e a responsabilidade na determinação do preço da gasolina. Em seguida, vem a imagem de ser a estatal que deu certo e ser moderna.

A eficiência é outro aspecto que foi mencionado, aproximando a Empresa do Banco do Brasil. Neste item, as duas empresas superam em muito as demais utilizadas para efeito de comparação. Na questão do monopólio a Petrobrás também conta com o apoio da sociedade. Assim, o fato dela ter o monopólio na exploração, no transporte e no refino de petróleo é considerado mais positivo do que negativo para a economia nacional.

No período de julho de 89 a abril de 91, o percentual de pessoas favoráveis à Petrobrás subiu de 49 para 66%, chegando a 70% em novembro de 89. Por outro lado, os totalmente contrários à Empresa são, hoje, apenas 3% do total de entrevistados. No que diz respeito à contribuição da Petrobrás para o progresso nacional, segundo dados de abril deste ano, 87% acreditam nos benefícios trazidos pela Estatal, enquanto somente 4% acham que ela não contribui para o desenvolvimento do país. Vale lembrar que o percentual dos que não acreditam na contribuição da Petrobrás vem caindo desde junho de 88, quando o número de não simpatizantes correspondia a 8%. No tocante às frases utilizadas para descrever a Petrobrás, 45% responderam "É uma empresa lucrativa", em abril deste ano. Como em julho de 89 30% deram a mesma resposta, pôde-se concluir que um número crescente de brasileiros acreditam na lucratividade da Companhia. Entre julho de 89 e abril de 91, dobrou o número de brasileiros que acreditam ser a Petrobrás uma estatal que deu certo. No mesmo período foram crescentes os percentuais daqueles que confiam na Petrobrás, consideram-na uma empresa moderna que se preocupa com a proteção do meio ambiente.

Em um estudo comparativo da eficiência empresarial que reuniu as empresas em seis grupos (Banco do Brasil, Petrobrás, Multinacionais, Privadas Nacionais, Estatais e Serviços Públicos Federais) o Banco do Brasil e a Petrobrás mantiveram posição de liderança absoluta. 64% dos brasileiros consideram a Petrobrás muito eficiente ou eficiente. Os percentuais para os demais grupos são Banco do Brasil (67%), Multinacionais (49%), Empresas Privadas Nacionais (39%), Estatais (29%), Serviços Públicos Federais (29%). Resultados positivos também foram apurados na questão do monopólio, no período de agosto de 87 a abril de 91, com 45% achando que o fato da Petrobrás ter o monopólio é bom para a economia nacional. Apenas 22% — menos da metade — acham ruim.

## Posicionamento frente à PETROBRÁS — Brasil (Evolução - %)

Posicionamento	Período				
	Abr	Mar	Dez	Nov	Jul
Favoráveis	91	91	90	89	89
Totalmente	66	64	64	70	49
Um pouco	34	31	33	33	19
Desfavoráveis	32	33	31	37	30
Um pouco	8	7	5	9	8
Totalmente	5	4	3	5	4
Neutros	3	3	2	4	4
Saldo*	25	29	31	21	43
	58	57	59	61	41

\* diferença entre os "favoráveis" e "desfavoráveis".

## Frases para descrever a PETROBRÁS — Brasil (Evolução - %)

Frases	Período					VAR*
	Abr	Fev	Dez	Jul		
É uma empresa lucrativa	91	91	90	89		
É responsável pela determinação do preço da gasolina	45	44	36	30		+ 15
É uma estatal que deu certo	37	33	30	37		0
É moderna	26	30	23	13		+ 13
É uma empresa que eu confio	26	31	23	18		+ 8
É responsável por vários desastres ecológicos	23	23	19	13		+ 10
Sofre pressões do Governo Federal	20	20	20	20		0
É uma empresa que se preocupa com a proteção do meio ambiente	19	19	17	22		- 3
Não respeita as normas de segurança nas comunidades onde atua	11	13	9	8		+ 3
	8	8	7	10		- 2

\* diferença percentual entre abr/91 e jul/89.

## Eficiência empresarial — Brasil (Abril/91 - %)

Avaliação	Banco do Brasil	PETROBRÁS	Multinacionais	Privadas nacionais	Estatais	Serv. Púb. Fed.
Muito efíc.	20	20	16	7	5	5
Eficiente	47	44	33	32	24	24
Pouco Efíc.	16	17	20	32	39	43
Nada Efíc.	5	6	9	10	13	15
Não resp.	12	14	22	20	19	14
Muito efíc. + efíc.	67	64	49	39	29	29
Pouco efíc. + nada efíc.	21	23	29	42	52	58
Saldo*	+ 46	+ 41	+ 20	- 3	- 23	- 29

\* diferença entre as categorias "eficientes" e "ineficientes".

## Posicionamento frente ao monopólio — Brasil (Evolução - %)

O fato da PETROBRÁS ter monopólio é... para a economia nacional	Período			
	Abr	Fev	Dez	Ago
Bom	91	91	90	87
Ruim	45	42	39	44
Indiferente	22	25	20	24
	33	33	41	36

# PETROBRÁS: Mais cinco recordes

Em seu pronunciamento no Congresso Nacional, o Deputado Nilson Gibson (PMDB-PE), referindo-se ao telex enviado pela AEPET, lembrou, em seção realizada em abril último, que a prospecção de petróleo no país, com mais esta conquista de Marlim, atingiu uma tecnologia avançada, podendo ser considerada uma das melhores do mundo. As palavras de elogio e apoio recebidas pelos técnicos e demais funcionários da Petrobrás vieram, também, de outras autoridades, como do Ministro Orlando Teixeira da Costa, Vice-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, que parabenizou a Petrobrás e desejou êxito no trabalho da Empresa. Segundo ele, a Petrobrás

conduzirá o Brasil rumo à autosuficiência na produção de petróleo. O ex-Presidente e atual Senador, José Sarney, o Senador Affonso Camargo, o Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Adhemar Ghisi, o Ministro do Supremo Tribunal de Justiça, Francisco de Assis Toledo e o Secretário-Geral do Superior Tribunal de Justiça, Galba Menegale, também remeteram à AEPET mensagens de congratulações pelos cinco recordes batidos pela Petrobrás no Campo Gigante de Marlim. Para o Senador Nabor Júnior, a conquista de Marlim representa uma "façanha digna dos melhores momentos da Petrobrás".

**"Afirmo o compromisso de lutar em defesa da Petrobrás por entender que é um patrimônio da sociedade brasileira e que representa a soberania nacional..." (Lourival Freitas — Deputado Federal — PT-AP).**

João Evangelista Mendes da Rocha, ex-combatente da FEB, lembrou em carta à AEPET que todos devem continuar unidos "diante dessa onda de privatização na qual querem mergulhar justamente as estatais que estão dando certo". O vereador Maurício Azêdo (PDT) declarou que os dados obtidos com a conquista de Marlim refletem a competência e o esforço da Petrobrás, seus técnicos e seus trabalhadores. Presidente da Comissão de Economia da Alerj, o Deputado Wagner Siqueira (PSDB) declarou ser um defensor intransigente das estatais e, em particular, da Petrobrás, fazendo do seu mandato uma extensão da luta pela preservação do monopólio Estatal.

Maior acumulação de petróleo descoberta no mundo nos anos 80, com área de 152 quilômetros quadrados e um volume original de óleo superior a 8 bilhões de barris, o Campo de Marlim e seus cinco recordes foram motivos de elogios de parlamentares dos mais diversos partidos políticos. Localizado na Bacia de Campos, situa-se em águas com profundidade que variam de 600 a mil metros. O poço que inicia a produção do Campo tem uma vazão de 3.800 barris diários e está situado em lâmina d'água de 721 metros (primeiro recorde obtido).

**"Fiquei imensamente feliz com o início da produção de petróleo no Campo Gigante de Marlim, na Bacia de Campos, fato que comprova a incontestável capacidade de nossos técnicos e traz um pouco de esperança e otimismo a todos os brasileiros." (Ministro Garcia Vieira).**

O sistema de produção, denominado Pré-Piloto de Marlim, que tanto impressionou as autoridades, é constituído por uma plataforma semi-submersível (Petrobrás XIII), uma monobóia, um navio tanque atracado à mesma e linhas flexíveis.

**"Agradeço a comunicação sobre o êxito alcançado no início da produção do Campo de Marlim e faço votos para a vitória na luta pela total emancipação do país na pesquisa e exploração petrolífera". (Marcelo Pimentel — Ministro do Tribunal Superior do Trabalho)**

Por fim, cumpre destacar que a luta pela preservação do monopólio estatal do petróleo foi lembrada por muitos parlamentares, como o Deputado Estadual do PDT Adroaldo Peixoto, que ressaltou a necessidade do pleno desenvolvimento e defesa da Petrobrás. Registramos, ainda, as mensagens de incentivo recebidas do Senador Dirceu Carneiro, do Deputado Federal Edi Siliprandi e do também Deputado Federal Dejandir Dalpasquale. Para o Deputado Federal Paulo Munhoz da Rocha "os êxitos obtidos pela Empresa resultam da inquestionável demonstração de capacidade realizadora de nossa gente, bem como do acerto da política para o Petróleo no Brasil". Palavras de apoio também foram enviadas pelo Presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, Sami Jorge Haddad Abdulmacih e pelo Deputado Federal Hélio Bicudo (PT).

EXMO SR MINISTRO

GEORGE BELHAM DAMOTTA

RIO DE JANEIRO, 09 DE MAIO DE 1991.

ESTAMOS NOS DIRIGINDO A VOSSA EXCELENCIA PARA COMUNICAR O INICIO DA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO, EM 16.03.91, NO CAMPO GIGANTE DE MARLIM, NA BACIA DE CAMPOS, PLATAFORMA CONTINENTAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, A 152 KM DO LITORAL, COM ÁREA DE 152 QUILÔMETROS QUADRADOS, É A MAIOR ACUMULAÇÃO DE PETRÓLEO DESCOBERTA NO MUNDO NOS ANOS 80, TEM UM VOLUME ORIGINAL DE ÓLEO SUPERIOR A OITO BILHÕES DE BARRIS E LOCALIZA-SE EM ÁGUAS COM PROFUNDIDADE VARIANDO ENTRE 600 E MIL METROS.

O POÇO QUE INICIA A PRODUÇÃO DO CAMPO, 3-MRL-3-RJS, TEM UMA VAZÃO DE 3.800 BARRIS DIÁRIOS E ESTÁ LOCALIZADO EM LÂMINA D'ÁGUA DE 721 METROS.

O SISTEMA DE PRODUÇÃO, DENOMINADO PRÉ-PILOTO DE MARLIM É CONSTITUÍDO BASICAMENTE, POR UMA PLATAFORMA SEMI-SUBMERSÍVEL (PETROBRÁS XIII), UMA MONOBÓIA, UM NAVIO TANQUE ATRACADO À MESMA, E LINHAS FLEXÍVEIS, CONSTITUÍDO A ETAPA INICIAL DA EXPLOTAÇÃO DO CAMPO. AS DEMAIS ETAPAS, PILOTO DE MARLIM, FASE I E FASE II, COM IMPLANTAÇÃO ESCALONADA, NOS PRÓXIMOS ANOS, PERMITIRÃO UM ACRESCIMO, NA PRODUÇÃO NACIONAL DE ÓLEO E GAS NATURAL, RESPECTIVAMENTE, DE 350.000 BARRIS E 5,10 MILHÕES DE METROS CUBICOS POR DIA.

COM O INICIO DA PRODUÇÃO EM MARLIM, FORAM ESTABELECIDOS PELA PETROBRÁS OS SEGUINTE RECORDES MUNDIAIS NA PRODUÇÃO OFF-SHORE DE PETRÓLEO:

- COMPLETAÇÃO DE POÇO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO EM LÂMINA D'ÁGUA DE 721 METROS. ESTE RECORDE SERÁ NOVAMENTE BATIDO, EM MAIO, COM A COMPLETAÇÃO E O INICIO DA PRODUÇÃO NO POÇO 7-MRL-6-RJS, SITUADO EM LÂMINA D'ÁGUA DE 752 METROS, TAMBÉM INTEGRANTE DO PRÉ-PILOTO DE MARLIM.
- PLATAFORMA SEMI-SUBMERSÍVEL (PETROBRÁS XIII), PARA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO, ANCORADA EM LÂMINA D'ÁGUA DE 625 METROS.
- INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO DE MONOBÓIA, EM LÂMINA D'ÁGUA DE 405 METROS.
- LANÇAMENTO DE LINHAS FLEXÍVEIS DE PRODUÇÃO A MAIS DE 700 METROS DE PROFUNDIDADE.
- DESCIDA E INSTALAÇÃO DA PRIMEIRA ÁRVORE DE NATAL (ANN) SEM CABOS GUIA (GLL) EM PROFUNDIDADE SUPERIOR A 700 METROS.

ESTES FATOS ATESTAM A MATUREZA TECNOLÓGICA ALCANÇADA PELA PETROBRÁS GARANTINDO À EMPRESA UMA POSIÇÃO DE LIDERANÇA ABSOLUTA NA EXPLOTAÇÃO PETROLÍFERA OFF-SHORE EM ÁGUAS PROFUNDAS, DEMONSTRAM TAMBÉM QUE A AUTO-SUFICIÊNCIA DO PAÍS NÃO É MAIS UM SONHO MAS UMA REALIDADE CADA VEZ MAIS PRÓXIMA, DESDE QUE SEJAM ASSEGURADOS À PETROBRÁS RECURSOS PARA OS SEUS INVESTIMENTOS. OS ÊXITOS OBTIDOS PELA PETROBRÁS, INCONTESTAVEL DEMONSTRAM A CAPACIDADE REALIZADORA DA NOSSA GENTE, MÚLTIPLO ACERTO DA POLÍTICA PARA O PETRÓLEO NO BRASIL, DA QUAL O INSTRUMENTO FUNDAMENTAL É O MONOPÓLIO ESTADAL ASSEGURADO NA CARTA DE OUTUBRO/88.

A PERMANÊNCIA DO MONOPÓLIO COMO PRECEITO CONSTITUCIONAL É UMA EXIGÊNCIA DA MAIS ESCLARECIDA CONSCIÊNCIA DA NAÇÃO.

RICARDO MOURA DE ALBUQUERQUE MARANHÃO  
DIRETOR DE COMUNICAÇÕES  
ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRÁS - AEPET

# es mundiais em Marlim

Senhor Diretor,

Acusando o recebimento de sua carta de 16 de maio de 1991, agradeço o Boletim Informativo enviado, sobre o campo de Marlim, e manifesto a V.Sa. a minha solidariedade com os engenheiros da PETROBRÁS, na luta pelo monopólio estatal do petróleo brasileiro.

Coloco-me ao inteiro dispor de V.Sa. na Assembleia Legislativa para as medidas que ao meu alcance estiver, necessárias ao pleno desenvolvimento e defesa deste verdadeiro Patrimônio Nacional - a Petróleo Brasileiro S/A.

Na oportunidade queira V.Sa. e os demais engenheiros da PETROBRÁS receber os meus testemunhos de estima e consideração.

*Adroaldo Pinheiro*  
Deputado Estadual - PDT

Senhor Diretor,

Acuso o recebimento de sua carta, datada de 16 de maio de 1991, à qual anexou Boletim Informativo, que registra o início da produção do Campo de Marlim, a partir de 16-03-91.

Concordo com a afirmação de V.Sa. de que os êxitos obtidos pela Empresa, resultam da inquestionável demonstração de capacidade realizadora de nossa gente, bem como do acerto da política adotada para o petróleo no Brasil, do qual o instrumento fundamental é o monopólio estatal.

Assim por intermédio de V.Sa. desejo felicitar a todos os segmentos dessa conceituada Empresa, pelos êxitos obtidos e colocar-me ao inteiro dispor.

Atenciosamente,

*Paulo Munhoz da Rocha*  
DEPUTADO FEDERAL

TELEX

INFORMO RECEBIMENTO DO TELFX SOBRE A PRODUÇÃO DE PETRÓLEO NA BACIA DE CAMPOS ENQUANTO PARLAMENTAR. AFIRMO O COMPROMISSO DE LUTAR EM DEFESA DA PETROBRÁS POR ENTENDER QUE É UM PATRIMÔNIO DA SOCIEDADE BRASILEIRA E QUE REPRESENTA A SOBERANIA NACIONAL. APROVEITO A OPORTUNIDADE PARA COLOCAR O GABINETE À DISPOSIÇÃO DESSA ASSOCIAÇÃO. ATENCIOSAMENTE:  
IOURIVAL FREITAS  
DEPUTADO FEDERAL PT/AP

FIQUEI IMENSAMENTE FELIZ COM O INÍCIO DE PRODUÇÃO DE PETRÓLEO NO CAMPO GIGANTE DE MARLIM, NA BACIA DE CAMPOS, FATO QUE COMPROVA A INCONTESTÁVEL CAPACIDADE DE Nossos TÉCNICOS E TRAZ UM PUNHO DE ESPERANÇA E OTIMISMO A TODOS OS BRASILEIROS. MINISTRO GARCIA VIEIRA



CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

Rio de Janeiro, 24 de maio de 1991.

Ilmo. Sr.  
RICARDO MOURA DE ALBUQUERQUE MARIANO  
Diretor de Comunicações da AEPET

Agradeço a V.Sa. a gentileza de ter-me enviado o Boletim Informativo das Áreas de Exploração, Produção e Perfuração da PETROBRÁS, com uma simpática notícia acerca do célere avanço de nosso país rumo à auto-suficiência de petróleo, o que é motivo de satisfação e orgulho para todo brasileiro.

Cordialmente,

*Sami Jorge Haddad Abdulkacim*  
Presidente

TRANSMITINDO MINHAS CORDIAIS SAUDAÇÕES AO SEU RECEBIMENTO DA EDIÇÃO EXTRA BOLETIM INFORMATIVO QUE TRATA DO INÍCIO DA PRODUÇÃO DO CAMPO DE MARLIM. PARABENIZO ENGENHEIROS BRASILEIROS EM ESPECIAL OS VINCULADOS À PETROBRÁS, POR INTERMÉDIO DA AEPET, EIS QUE ESTÃO EVIDENTE A CAPACIDADE BRASILEIRA NA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO. ABRACOS DE AMIZADE DA PASQUALE. DEPUTADO FEDERAL.

TELEX

DE POSSE TELFX DATADO DE 17 DE ABRIL P.P., INFORMO QUE O PARTIDO DOS TRABALHADORES EM FAVORÁVEL À MANUTENÇÃO DO STATUS QUO DA PETROBRÁS E SUA LUTA TEM SIDO FERRENHA NESSE SENTIDO. ATENCIOSAMENTE, HELIO BICUDO DEPUTADO FEDERAL.

ACUSO RECEBIMENTO COMUNICAÇÃO INÍCIO PRODUÇÃO PETRÓLEO CAMPO GIGANTE MARLIM, BACIA CAMPOS ESSE ESTADO. AO AGRADECER AUSPICIOSA NOTÍCIA, CUMPRIMENTO FELIZ INICIATIVA, ALMEJANDO SUCESSO PROFÍCUOS TRABALHOS ESSA EMPRESA. CDS SDS GALBA MENEZES SECRETÁRIO-GERAL SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

TELEX

## Informações técnicas sobre o Campo de Marlim

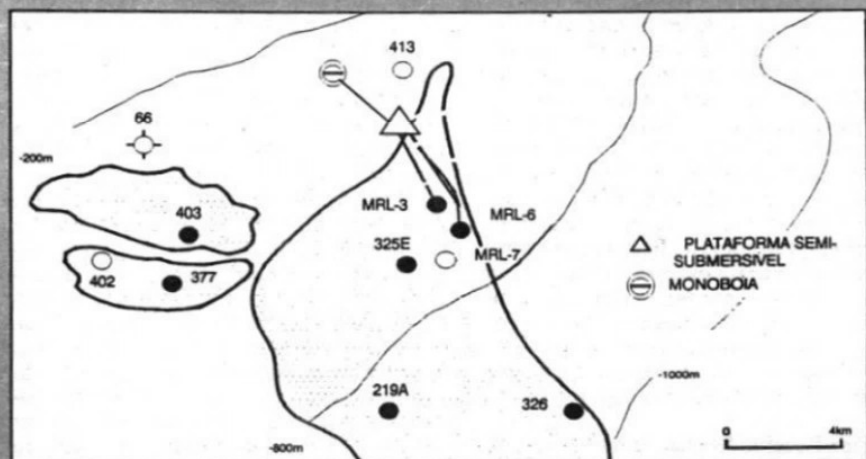
Segundo dados do informativo EXPROPER, o primeiro poço marítimo, em Campos, foi perfurado há 20 anos, em águas de apenas 49 metros, sendo que a primeira descoberta — Garoupa — ocorreu em 1974, quando o Navio Sonda Petrobrás II perfurou o 1-RJS-9A, em uma lâmina d'água de 126 metros. No ano seguinte, constatou-se que parte do Campo de Namorado, o primeiro gigante descoberto na Bacia, estendia-se além da quebra da plataforma, em águas de mais de 200 metros.

Finalmente, em 1984, depois do comprovado sucesso dos Sistemas Flutuantes de Produção, e com a descoberta de Marimbá (386 metros de lâmina d'água), a Petrobrás decidiu investir em águas profundas. Assim, ainda em 84 descobriu-se Albaçora e, no ano seguinte, Marlim. É importante esclarecer que o complexo de Marlim, incluindo as acumulações periféricas, abrange área superior aos 300 quilômetros quadrados, com um volume de óleo estimado em mais de 14 bilhões de barris.

O atual sistema, conhecido como Pré-Piloto, representa a etapa inicial do desenvolvimento do Campo. Quando estiver totalmente desenvolvido, Marlim deverá produzir 350 mil barris/dia de óleo e 5,1 milhões de metros cúbicos/dia de gás, o que se espera para o início da próxima década. Este Sistema entrega a plataforma semi-submersível Petrobrás XIII, onde foi instalada uma pequena planta de processo

para separação de óleo. Os poços 3-MRL-3 e 7-MRL-6 interligam-se à plataforma, de onde o óleo segue para a monobóia, ao norte do Campo. Por fim, um navio o transporta para o terminal em terra. Funcionando como um laboratório, o Pré-Piloto também visa à coleta de informações para orientar as fases seguintes de desenvolvimento.

A AEPET aproveita a oportunidade para agradecer aos companheiros do EXPROPER que contribuíram para que fosse possível o envio desta publicação às autoridades: geólogo João Batista de Toledo e geofísico Kaoru Tsunobone, do DEPEX; engenheiro Nilton José Cunha Renó, do DEPER; e engenheiro Hazime Nakagawa, do DEPRO.



SISTEMA PRÉ-PILOTO DE PRODUÇÃO

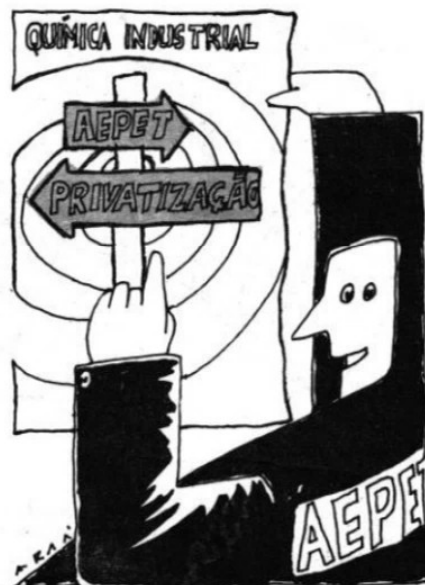


## AEPET, contrária à privatização da Petroquímica, é notícia

**D**e acordo com o Boletim de maio último, quando denunciou em matéria na página 7 os prejuízos causados pela liquidação da Petromisa e da Interbrás, a AEPET continua sua luta pelo patrimônio da Petrobrás e das suas subsidiárias. Como resultado de nossos esforços nesta verdadeira "guerra" contra o processo de privatização o assunto já começou a ter ampla divulgação na imprensa. Exemplo disso foi o grande destaque (cinco páginas) dado à entrevista do nosso Presidente, Diomedes Cesário da Silva, no periódico "Química Industrial". Na matéria, o colega Diomedes explica, basicamente, a posição crítica da entidade quanto à privatização da Petroquímica, alertando que ela, assim como das outras subsidiárias, trará sérios prejuízos ao Brasil, "criando condições à formação de cartéis e sendo contrária ao discurso neo-liberal do governo". Diomedes analisou, também, as perdas sofridas pela holding com os subsídios concedidos a diversos setores e apresentou uma proposta de autonomia administrativa para a Petrobrás, como forma de fortalecer sua atuação.

No que diz respeito à privatização da Petroquímica, o companheiro lembrou que qualquer empresa de petróleo do mundo tem participação na área petroquímica. Salientou, ainda, que no caso da petroquímica a matéria-prima, a nafta, vem da indústria de petróleo. Destacou que existem exemplos claros como a Exxon, a Shell e a Eni, que participam tanto da área petroquímica como da de fertilizantes. Diomedes fez questão de ressaltar que a privatização representa um preconceito contra as empresas estatais. A privatização da Petroquímica, por exemplo, além de estar acontecendo no momento errado, segundo ele, significa o fim de uma empresa altamente rentável.

Durante a entrevista foi destacado o aspecto de que dentro da visão de modernidade da AEPET, a maneira da Petrobrás melhorar seu desempenho seria a implantação de uma autonomia administrativa. Neste sentido, nosso Presidente



explicou que, para iniciar o plano de auto-suficiência, bastaria o governo pagar o que deve à Empresa, autorizar o empréstimo dos recursos que faltassem e dar ao petróleo e seus derivados uma remuneração nos níveis que manda a legislação. Para Diomedes, haveria também autonomia quanto à discussão da política de salários. Assim, se a Empresa ganhar em produtividade e atingir seus objetivos poderá remunerar melhor seus funcionários. Todo esse processo motivaria, ainda mais, os funcionários a trabalharem pelo crescimento da empresa.

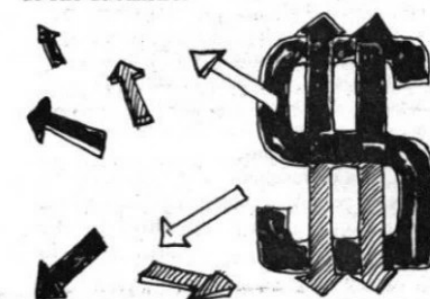
Ainda abordando a questão da auto-suficiência, Diomedes salientou que com o alcance da meta de um milhão de barris/dia a Petrobrás passaria a deixar de importar 300 mil barris, proporcionando uma economia à Empresa que seria investida na prospecção e extração de novas jazidas. E falou, também, dos subsídios que afetam negativamente a Petrobrás, como o da nafta (o subsídio alcançou, na década de 80, US\$ 4 bilhões) e o do prazo de pagamento das distribuidoras.

## AEPET participou do Projeto Rio 2000

**A** AEPET, representada pelo seu Diretor de Comunicações, Engenheiro Ricardo Maranhão, participou, no dia 18 de abril último, do painel Petróleo, Petroquímica e Gás Natural, realizado no auditório do Jockey Club Brasileiro, no Rio de Janeiro, evento integrante do Projeto Rio 2000. Organizado por diversas entidades como a AD-Rio, a Associação Comercial, o Clube de Engenharia, a Firjam, o Instituto dos Economistas do Estado do Rio de Janeiro (IERJ) e o Instituto Brasileiro dos Executivos Financeiros (IBEF), o Projeto foi concebido para debater as causas do processo de esvaziamento econômico do Estado, identificar e sugerir medidas e ações de caráter político-institucionais e empresariais capazes de proporcionar a retomada do seu desenvolvimento.

Diversos painéis foram realizados abordando diferentes temas, como construção civil e habitação, setor financeiro, turismo e lazer, siderurgia, alumínio, construção naval e navegação, ciência e tecnologia, agropecuária, agroindústria e recursos florestais, comércio e serviços, energia elétrica, telecomunicações e transporte. Na sua exposição, o nosso companheiro Ricardo Maranhão enfatizou que a manutenção e a ampliação dos investimentos da Petrobrás constituem as mais importantes medidas para a retomada do desenvolvimento, a nível nacional e estadual. Destacou o papel fundamental da Empresa para a economia do Estado do Rio, que concentra mais de 60% da produção petrolífera brasileira. Vale lembrar que as sedes da Petrobrás e das suas quatro subsidiárias estão localizadas no Estado. Além disso, o Sistema Petrobrás mantém no Rio de Janeiro importantes unidades operacionais como a Reduc, os terminais das ilhas Grande, D'água e Redonda, a Fábrica de Borracha Sintética da Petroflex, a Fronape e todo o complexo de apoio à Bacia de Campos localizado em Macaé. Nada menos que 35 municípios do Estado recebem royalties do petróleo. A Petrobrás é, também, o maior cliente da indústria de construção naval, fortemente concentrada no Rio.

Maranhão defendeu, ainda, a necessidade de urgentes negociações entre a Petrobrás, a CEG e as demais companhias estaduais para solucionar "pela via democrática da negociação e do entendimento" as indefinições de natureza institucional existentes na área de distribuição do gás natural. Nosso Diretor de Comunicações reiterou a posição da AEPET, contrária ao processo de privatização da Petroquímica, pelos prejuízos que causará à Petrobrás, à Petroquímica e aos acionistas das duas companhias. Destacou, também, que a privatização daquela subsidiária inviabilizará o Pólo Petroquímico do Rio de Janeiro.



## Governo privilegia usineiros

**A** dívida total de Cr\$ 653 bilhões dos usineiros de açúcar recebeu tratamento privilegiado da Comissão Intermunicipal encarregada da renegociação. A Receita Federal dará até 100 meses, 40 a mais do que o normalmente concedido para o pagamento dos Cr\$ 213 bilhões que lhe são devidos, e o Banco do Brasil até 10 anos com juros anuais de 12% acima da inflação. Vale lembrar que mais de 100 usinas, das 396 existentes no país, devem ao Governo cerca de US\$ 1,8 bilhões, sendo US\$ 730 milhões à Receita Federal e US\$ 1,1 bilhão ao Banco do Brasil. A dívida com o Banco tem origem em empréstimos não honrados, avais do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) assumidos pelo Gover-

no e sonegação da contribuição sobre o açúcar.

Outro aspecto que deve ser destacado é que a dívida dos usineiros corresponde a mais de 19 vezes a dotação orçamentária fixada, este ano, para o Programa de Erradicação do Analfabetismo. O dinheiro deste calote seria suficiente para construir 19 mil unidades de saúde e reformar 184 mil agências do INSS. Essas informações, divulgadas pelo Jornal do Brasil em 17 de junho último e por diversos outros órgãos da imprensa brasileira, compõem a triste imagem de um Governo extremamente duro e avaro com os trabalhadores e competente e generoso com empresários que sempre viveram às custas do dinheiro público.

# Abertura petrolífera leva

Os inimigos do monopólio estatal do petróleo têm defendido a volta dos contratos de risco e sugerido mudanças na Constituição de 1988 para permitir a participação de capitais externos na indústria petrolífera brasileira. A Argentina tem sido mencionada, com insistência, como exemplo de país onde o ingresso de capitais estrangeiros teria resultado em grandes benefícios, traduzidos em aumento de produção, incremento de reservas, maciços investimentos, geração de excedentes exportáveis, enfim, na diminuição da dependência energética da nação vizinha. Na realidade, ocorreu justamente o contrário. A Argentina, durante muitos anos a segunda produtora de petróleo da América do Sul (a Venezuela é a primeira), perdeu esta posição exatamente para o Brasil, embora a sua indústria petrolífera seja muito mais antiga, remontando a dezembro de 1907 a descoberta de petróleo em Comodoro Rivadavia e a 1922 a criação da estatal Yacimientos Petrolíferos Fiscales — YPF.

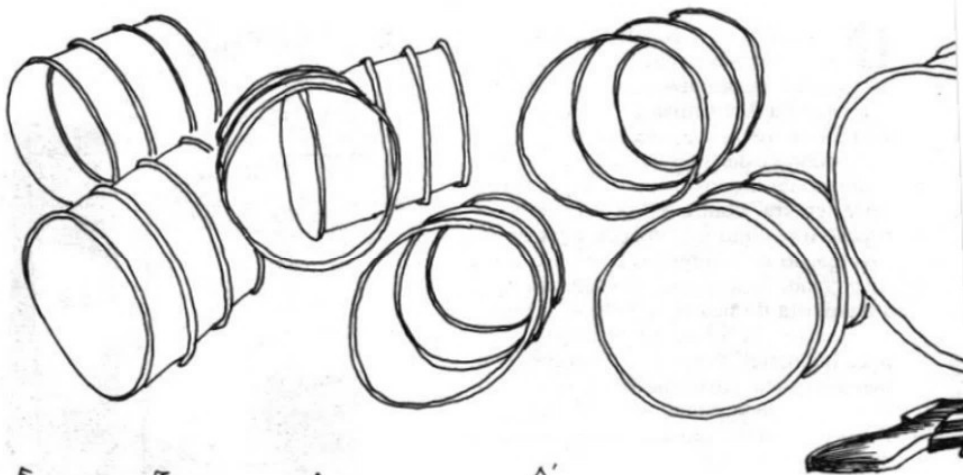
## Argentina perde posição na produção de petróleo para o Brasil

Há muitos anos a Argentina vem praticando uma política petrolífera escandalosamente entreguista, abdicando do controle do Estado sobre este setor estratégico de sua economia. Em 1959, o Governo Frondizi firmou contratos com empresas estrangeiras posteriormente anulados, em 1963, pelo Governo constitucional de Illia. Mais tarde, a Lei dos Hidrocarbonetos, n.º 17319/67, ainda em vigor, possibilitaria a participação de empresas privadas, nacionais e estrangeiras, nos trabalhos de exploração e produção, inclusive nas atividades de refinação, distribuição e comercialização. Muitos contratos foram celebrados entre a Secretaria de Energia e as empresas estrangeiras, sendo todas as áreas correspondentes devolvidas com resultados negativos.

## Contratos com empresas privadas causam prejuízos à economia Argentina

Entre 1967 e 1972 foram firmados contratos com empresas privadas argentinas para desenvolvimento de áreas nas quais o petróleo já havia sido descoberto pela YPF. No período de 1974 a 1979 prosseguiu a política de entregar a grupos privados áreas já descobertas e até mesmo desenvolvidas pela YPF, sem quaisquer riscos para os empresários. De 1980 a 1984, as autoridades argentinas dão seqüência à política de privilegiar o capital privado estrangeiro e nacional, privatizando-se o grande Gasoduto Centro-Oeste. A política de entrega e favorecimento a grupos estrangeiros tem continuidade no intervalo de 1984 a 1989, intensificando-se no Governo Menem.

Quais os resultados da política petrolífera adotada pela Argentina? Um estudo dos técnicos R. Kozulj, Adriano Pires Rodrigues e Hector Pistonezi, intitulado "Política de Precios de



Los Hidrocarburos: Un Estudio Comparativo de Los Casos de Argentina y Brasil", março de 1990, Instituto de Economía Energética, Fundación Bariloche, Cooperative Programme on Energy and Development (COPEL), Coordinación dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia (COPPE), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), dá respostas claras e objetivas a esta pergunta. Apresentamos a seguir algumas conclusões do mencionado trabalho:

### 1. Reservas de Petróleo

As reservas de petróleo argentinas após estagnarem, no período 1970/1974, decresceram e, em 1987, eram inferiores às de 1970! As brasileiras, ao contrário, cresceram, de 1970 a 1987, mais de 200%. (Quadro I)

### 2. Produção de Petróleo

A comparação entre o Brasil e a Argentina, em termos de produção de óleo, é ainda mais dramática. Entre 1970 e 1989 a produção de petróleo argentina aumentou pouco mais de 6%. No mesmo período a produção brasileira mais que triplicou (incremento de 225%). (Quadro II)

### 3. Possibilidade de Desabastecimento

Estudos recentes de F. Figueroa de La Vega e Di Sbroiavacca, técnicos do Instituto de Economía Energética — IDEE — desenvolvendo uma metodologia para representar os processos de acumulação e esgotamento de hidrocarbonetos na Argentina, mostram uma real possibilidade de desabastecimento do país a médio prazo.

Quadro I

### Evolução das Reservas de Óleo na Argentina e no Brasil (milhões de toneladas equivalentes de Petróleo)

ANO	ARGENTINA	BRASIL
1970	344	110
1974	344	100
1979	340	167
1984	330	269
1987	330	340

FONTE: IDEE/COPPE — UFRJ

Quadro II

### Evolução comparada da produção de Petróleo na Argentina e no Brasil (milhões de M<sup>3</sup>/Ano)

PERÍODO	ARGENTINA	BRASIL
1970-1973	24.065	9754
1974-1979	24.598	9712
1980-1983	28.091	14292
1984-1989	25.591	31892

FONTE: IDEE/COPPE — UFRJ

# Argentina ao desastre



#### 4. Refino de Petróleo

Também no refino a posição brasileira é muito melhor do que a da Argentina, conforme mostrado no Quadro III. No intervalo de quase 17 anos o volume de óleo processado pelas refinarias argentinas diminuiu. No mesmo período o parque refinador da Petrobrás aumentou o volume de petróleo refinado em mais de 120%. (Quadro III)

#### 5. Produtividade Média dos Poços de Petróleo

A política adotada na Argentina vem acarretando queda na produtividade dos poços de petróleo. No Brasil o monopólio estatal do petróleo tem assegurado índices de produtividade muito superiores aos argentinos (Quadro IV)

#### 6. Plano Houston

Em 1985, o Governo argentino lançou, com grande alarde, o "Plano Houston", convocando as empresas petrolíferas, nacionais e estrangeiras, a investir em exploração no regime dos contratos de risco. Todas as esperanças de crescimento das reservas de petróleo foram depositadas na iniciativa privada, visto que a YPF se achava limitada para realizar inversões devido à sua precária situação financeira, decorrente da política irreal de preços e de favorecimento a grupos particulares. Os resultados do Plano Houston são analisados no estudo do IDEE/ COPED/ COPPE/ UFRJ:

#### Chances de crescimento dos investimentos em exploração através da iniciativa privada são mínimas.

#### 7. Outras Conclusões Importantes do Estudo do IDEE/COPED/COPPE/UFRJ

Por sua importância, registramos a seguir outras conclusões dos técnicos que elaboraram o estudo comparativo entre o Brasil e a Argentina.

##### 7.1 — Monopólio X Privatização

"uma das lições que se tira do estudo comparativo dos casos da Argentina e do Brasil é que para assegurar o abastecimento petrolífero a custos razoáveis, um esquema de monopólio estatal no setor apresenta múltiplas vantagens em relação a um esquema de fracionamento das atividades. Sem dúvida a presença privada na Argentina trouxe muito mais prejuízos do que benefícios".

##### 7.2 — Privatização/ Investimentos/ Reservas

"na realidade é difícil encontrar algum país com as características do Brasil e da Argentina no qual o setor privado tenha desembolsado somas significativas em exploração ou algum país no qual o incremento de reservas tenha sido obtido pela via da privatização da atividade petrolífera. Pelo contrário, o caso argentino é ilustrativo do que ocorre em um país quando a política de preços favorece indiscriminadamente a atividade privada e são entregues a áreas particulares como reservas comprovadas instalações para a produção. Neste caso, a política, além de descapitalizar as empresas públicas, traz perigosas conseqüências para a política energética global, ameaçando o abastecimento do país. Ao mesmo tempo, a maior presença privada não só não contribuiu para aumentar os níveis de reserva e produção como muito provavelmente agravou o processo de fuga de capitais na Argentina, responsável por sua estagnação, seu alto endividamento e sua profunda instabilidade".

Quadro III

Comparação entre os volumes de Petróleo processado na Argentina e no Brasil (1970-1987) (milhões de barris)

ANO	ARGENTINA	BRASIL
1970	153,9	191,1
1974	168,9	318,0
1979	181,5	426,5
1987	152,5	432,2

FONTE: IDEE/COPPE — UFRJ

Quadro IV

Produtividade média global dos Poços de Petróleo na Argentina e no Brasil (Barris/Dia/Poço)

PAÍS	1977	RELAÇÃO	1981	RELAÇÃO	1986	RELAÇÃO
Argentina	84	1,29	73	1,97	50	2,30
Brasil	108		144		115	

FONTE: WORLD OIL (15.08.79) OIL AND GAS JOURNAL (DEZ 1987)

# Jornal do Brasil denuncia favorecimento à Sade

## AEPET pede explicações à direção da Petros

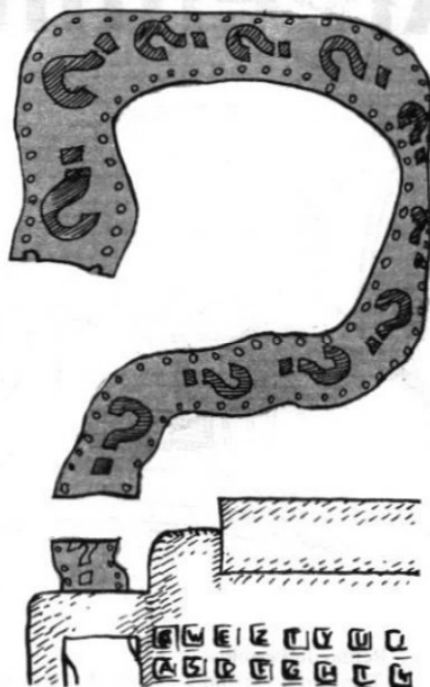
**A** AEPET enviou telex à direção da Fundação Petrobrás de Seguridade Social — Petros — pedindo explicações sobre a compra de ações da Sade Sul Americana de Engenharia S/A. Isto porque, segundo matéria publicada pelo Jornal do Brasil no dia 1º de junho, página 5, "várias fundações de previdência ligadas a estatais, dentre elas a Petros, foram persuadidas a comprar ações da Sade, independente do negócio ter sido considerado de baixa expectativa de lucro e a ordem teria partido de gabinetes de Brasília".

No telex, enviado a todos os membros do Conselho de Curadores e à Comissão de Valores Mobiliários, a direção da AEPET destaca que visando identificar os responsáveis e resguardar os direitos e interesses dos mais de 5.500 associados, mantenedores-beneficiários da Petros, são solicitados, com a maior urgência, vários esclarecimentos. São as seguintes as informações cobradas: se a Petros adquiriu, efetivamente, ações da Sade, qual a data da operação, a quantidade de ações, preferências e/ou ordinárias, o preço de aquisição das ações, as condições e prazos de pagamento, número de parcelas e eventuais en-

cargos financeiros. A diretoria de nossa entidade questiona, também, se estes papéis são negociados nas bolsas de valores e quais as bolsas onde há negociações sistemáticas com os mesmos.

Conforme matéria do JB, a maior parte dos Cr\$ 6,076 bilhões em papéis, lançados em abril, teriam ficado nas carteiras de fundações estatais, como a Previ (Banco do Brasil), Petros, Valia (Vale do Rio Doce) e Real Grandeza (Furnas). Nelson Tanure, presidente da Sade e controlador também do Estaleiro Emaq e da Sequip, negou que este favorecimento tenha acontecido, afirmando ter sido um ótimo negócio para as fundações, que já eram sócias da Sade. O empresário garantiu que tudo não passa de um complô para abalar sua amizade e de sua mulher com a ex-ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, e o ex-ministro da Justiça, Bernardo Cabral. Ele admitiu, porém, que foi realizado um intenso trabalho de marketing pela Distribuidora do Banco do Brasil e Banco Interatlântico para vender o negócio junto ao mercado financeiro, principalmente para as fundações de previdência. Nelson Tanure também não esclareceu, com precisão, como, apesar da situação financeira difícil do grupo, tinha Cr\$ 4 bilhões à vista para investir neste lançamento. Disse apenas que este dinheiro veio da holding do grupo, Sequip. Segundo fontes do mercado financeiro, toda esta operação não foi considerada atraente porque estaria sendo realizada apenas para "limpar" o passivo da empresa.

É bom lembrar que existe a justificativa de que o Governo teria interesse em fortalecer a Sade — que atua tanto no setor de construção de unidades industriais, cerca de 60% de suas atividades, como no fornecimento de torres das linhas de transmissão, 40% dos negócios — para que Nelson



Tanure, amigo pessoal da ex-ministra Zélia Cardoso de Mello, pudesse comprar a Verolme e fortalecer seu capital. Diante de todas estas denúncias e por repudiar qualquer tipo de interferência, a AEPET resolveu cobrar da Petros respostas para tantas questões duvidosas. No telex, nossa entidade pede informações como se a Petros tem, em sua estrutura, um órgão para analisar a conveniência destas aquisições e, em caso positivo, se o mesmo examinou e opinou favoravelmente à operação da Sade. Solicitamos, ainda, o fornecimento de uma cópia do parecer deste órgão sobre a validade, para a Petros, da realização da operação.

## Homenagem a Pompeu de Souza

**C**om a morte do jornalista e ex-Senador Pompeu de Souza, no último dia 11 de junho, aos 77 anos, vítima de infarto, o Brasil perde uma de suas mais brilhantes personalidades. Filho de uma tradicional família cearense, Roberto Pompeu de Souza Brasil veio para o Rio cedo, aos 14 anos, começando a vida como professor de português no Colégio Pedro II. Aos 22 anos, Pompeu ingressou na carreira de jornalista no extinto Diário Carioca, onde muito contribuiu para a modernização da imprensa brasileira, no início da década de 50. É bom lembrar que não foi só o lead nem a diagramação vertical (já praticada pelos Diários Associados) que ele introduziu. Quebrou, principalmente, o formalismo dos títulos e das posturas. Por sua influência os noticiários brasileiros se tornaram mais informais, com textos leves e programação visual moderna. Mais tarde, já na década de 60, o jornalista participou do projeto de criação da revista *Veja*.

Para o amigo e companheiro de lutas

Barbosa Lima Sobrinho (Pompeu de Souza era também membro do Movimento em Defesa da Economia Nacional — MODECON) o jornalista foi uma das figuras mais importantes da imprensa brasileira, que ajudou a reformar:

— Pompeu de Souza foi, em todos os sentidos, um dos grandes patriotas a serviço do Brasil. Seu prestígio no meio jornalístico e ainda seu mandato como Senador jamais serão esquecidos.

Além de sua atuação na imprensa, Pompeu deixou sua contribuição para a história política do país, chegando a Brasília em 1961 para assessorar o então primeiro-ministro Tancredo Neves. No ano seguinte, a convite do professor Darcy Ribeiro, atualmente Senador pelo PDT/RJ, ajudou a fundar a Universidade de Brasília, tornando-se o principal responsável pela criação do curso de comunicação. Também na década de 60, fundou a sucursal da Editora Abril em Brasília, tendo permanecido como diretor durante dez anos.

Em 1986, elegeu-se Senador pelo PMDB, transferindo-se para o PSDB logo que o partido foi criado. Como constituinte foi autor da emenda que, adotada, proibiu que se legisle contra a liberdade de imprensa. Atualmente estava trabalhando em sua auto-biografia, além de participar ativamente da luta do MODECON pela soberania nacional.

Nesta oportunidade, traduzindo os sentimentos dos nossos mais de 5.500 associados, desejamos prestar uma merecida homenagem a Pompeu de Souza, eminente figura da vida pública brasileira e defensor intransigente da liberdade de imprensa, tendo grande participação na luta pela redemocratização do país. Durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, Pompeu, externando um profundo sentimento nacionalista, manifestou-se com firmeza e colocou toda a sua inteligência e o seu prestígio na classe política em apoio à luta pela manutenção e consolidação do monopólio estatal do petróleo.